

Procedimento Eletrônico Extrajudicial

Ministério Público do Estado do Tocantins

RECOMENDAÇÃO

Procedimento: 2024.0000091

RECOMENDAÇÃO Nº 09/2024

O Ministério Público do Estado do Tocantins, por intermédio da 1ª Promotoria de Justiça de Tocantinópolis, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, com fundamento nos art. 129, inciso III, da CF/88; art. 26, inciso I, da Lei n.º 8.625/93; art. 8º, § 1º, da Lei n.º 7.347/85; art. 61, inciso I, da Lei Complementar Estadual n.º 51/08; art. 4º da Resolução nº 005/2018/CSMPTO;

CONSIDERANDO que o Ministério Público é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, competindo-lhe zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados na Constituição Federal, promovendo medidas necessárias a sua garantia e promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos coletivos;

CONSIDERANDO que a expedição de Recomendações pelo Ministério Público visa à melhoria dos serviços públicos e de relevância pública, bem assim o respeito aos interesses, cuja defesa lhe cabe promover;

CONSIDERANDO a tramitação do Procedimento Preparatório nº 2024.0000091, instaurado para apurar eventuais irregularidades na utilização de veículos oficiais pela Câmara Municipal de Tocantinópolis sem a devida identificação de que se tratam de bem público (ou seja, sem a devida adesivação);

CONSIDERANDO no bojo do sobredito procedimento foi constatado que a Câmara Municipal de Tocantinópolis/TO possui dois veículos, uma FIAT TORO e um RENAULT KWID, sendo que ambos estão sem adesivação de identificação;

CONSIDERANDO que a administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (art. 37, “caput”, da CF/88);

CONSIDERANDO agentes públicos e particulares estão sujeitos, em tese, à responsabilização político-administrativa (Art. 9º, 10 e 11 da Lei nº 8.429/92) e criminal (Art. 1º, inciso I, do Decreto-Lei nº 201/67 e art. art. 312, *caput*, do Código Penal);

CONSIDERANDO que a administração ou uso de bens ou valores públicos se sujeita ao princípio da publicidade e, por isso, devem se pautar pela transparência e prestação de contas pelos responsáveis, sob pena de incorrer em ilicitude de ordem criminal, político-administrativa e cível;

CONSIDERANDO que por força do princípio republicano, os bens e valores públicos devem ser administrados em conformidade com os princípios da eficiência e transparência, sendo vedado qualquer tipo de favorecimento deliberado em proveito de particulares, ato contrário aos mandamentos de probidade na Administração Pública;

CONSIDERANDO que os veículos oficiais se constituem em bens públicos de uso especial, afetados, portanto, à finalidade pública e com a utilização voltada à realização de atividades de Estado e consecução de seus objetivos;

CONSIDERANDO que além da identificação dos veículos, se faz necessário o controle sério e efetivo das viagens realizadas nos veículos oficiais da Câmara Municipal de Tocantinópolis de modo a viabilizar a fiscalização realizada pela sociedade e por órgãos de controle externo, quanto à correta utilização dos veículos oficiais;

CONSIDERANDO que o uso indevido de veículo oficial constitui desvio de finalidade na utilização de bem público, podendo configurar ato de improbidade administrativa que acarrete enriquecimento ilícito, dano ao erário e violação aos princípios da administração pública;

CONSIDERANDO que se mostra necessária a adoção de providências de ordem extrajudicial e, se necessário for, judicial, por parte do Ministério Público, posto que detém legitimidade para perseguir, em juízo ou fora dele, a proteção do patrimônio público e a defesa dos interesses difusos e coletivos (artigo 129, inciso III, da Constituição Federal);

RESOLVE, com amparo nas normas vigentes, expedir a presente **RECOMENDAÇÃO ao Sr. Presidente da Câmara Municipal de Tocantinópolis/TO e/ou a quem eventualmente vier a sucedê-lo no respectivo cargo**, para que:

1 – adote as providências cabíveis para imediata regularização da utilização do veículo oficial da Câmara Municipal de Tocantinópolis/TO, com edição de ato que normatize e discipline o controle de utilização do veículo oficial da Casa Legislativa, a qualquer título, pelos vereadores, velando para que sejam empregados exclusivamente no desempenho dos serviços públicos, e disciplinando, em especial, sobre:

1.1 a obrigatoriedade de todos os veículos apresentarem adesivos ou outros sinais de identificação (v.g. plotagens) que sejam capazes e suficientes para identificá-los como veículo oficiais e de uso exclusivo em serviço;

1.2 métodos manuais ou informatizados de controle quando da utilização do aludido veículo, de modo a manter informações e registros em que conste: (a) o dia e horário de saída e chegada do veículo na respectiva unidade à qual está vinculado; (b) o nome e matrícula do servidor responsável pela sua utilização; (c) a natureza e finalidade da viagem ou deslocamento; (d) a quilometragem constante do odômetro no momento de cada saída e chegada, e, principalmente, o trajeto realizado pelo veículo oficial; (e) o consumo mensal de combustível, delineando a quantidade de litros consumidos e o respectivo servidor responsável pelo abastecimento;

1.3 a vedação expressa do emprego do veículo oficial em atividades particulares, sob pena de configurar ato de improbidade administrativa (art. 9º, IV, da Lei n.º 8.429/92) ou, a depender da quantidade de consumo do combustível (deslocamento em longos trajetos), o delito de peculato (art. 312, “caput”, do Código Penal, autorizando-se a prisão em flagrante delito, se abstendo, inclusive, de utilizar o veículo como meio de locomoção da casa para o serviço e vice-versa;

Encaminhe-se, por ofício, cópia da presente Recomendação à **Câmara Municipal de Tocantinópolis/TO**, na pessoa do senhor presidente, para que informe, **no prazo de 15 (quinze) dias**, eventual concordância no atendimento de seus termos e, em caso positivo, que detalhe as providências de ordem administrativa que serão implementadas. Ou ainda, em caso negativo, para que apresente as razões fundantes para o não acatamento, bem como dê conhecimento desta recomendação a cada vereador do município.

Encaminhe-se **cópia digitalizada desta Recomendação ao e-mail re.tac.@mpto.mp.br**, em cumprimento à Resolução CNMP nº 89/2012, que regulamenta a Lei de Acesso à Informação, à Resolução CNMP nº 82/2012, que dispõe sobre as audiências públicas e à determinação do CNMP exarada no Procedimento Interno de Comissão nº 24/2016-34, conforme reforçado no Memorando Circular nº 003/PGJ/GAB, de 13 de julho de 2018.

Tocantinópolis/TO, data e horário certificados pelo sistema.

Saulo Vinhal da Costa

Promotor de Justiça

Tocantinópolis, 23 de maio de 2024

Documento assinado por meio eletrônico
SAULO VINHAL DA COSTA
01ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TOCANTINÓPOLIS

	<p>Assinado por: SAULO VINHAL DA COSTA como (saulovinhal)</p> <p>Na data: 23/05/2024 09:51:12</p> <p>SHA-224: 7955dd481c416b008934ec0479f64ae54cbb6aa0fbad55ec1215337b</p> <p>URL: https://mpto.mp.br/portal/servicos/chechar-assinatura/7955dd481c416b008934ec0479f64ae54cbb6aa0fbad55ec1215337b</p>
--	--

Este documento foi assinado eletronicamente mediante usuário autenticado no Sistema Athenas conforme o Ato 030/2016 da PGJ.